

NA MIRA DO EQUADOR: O IMPÉRIO SOB CERCO DE REPÚBLICAS NO GRÃO-PARÁ, 1823-1824¹

Adilson J. I. Brito*

Introdução

Na manhã do dia 16 de setembro de 1824 uma movimentação atípica tomou conta do Senado da Câmara Municipal da cidade do Pará, capital da província. O assunto exigia uma reunião urgente e medidas imediatas. Foram convocados às pressas os membros da casa que se encontravam às proximidades do prédio para a formação de um conselho em caráter de vereação extraordinária. Sob a presidência provisória do vereador Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, colocou-se em pauta o objeto da discussão: um grosso pacote recebido pelo amanuense encarregado das correspondências. Ainda lacrado, o pacote continha inscrições manuscritas em tinta vermelha, no qual se destacava os seguintes dizeres: *Aos Ilustríssimos Senhores Juiz Presidente e Oficiais da Câmara da Capital do Pará; Pelo*

Correio de Sobral e Maranhão por Terra. A Mercê do Senhor Francisco Antônio.

Na presença da pequena comissão reunida, rompeu-se o lacre da carta e logo ficou justificada a urgência da sessão. Vários exemplares impressos enviados de Pernambuco e do Ceará compunham o conteúdo do pacote. Dois exemplares do periódico *Typhis Pernambucano*, escrito por Frei Caneca e publicados em 27 de maio, um exemplar de uma proclamação do Governo das Armas do Ceará, dois exemplares do *Diário do Governo do Ceará*, datados em 2 de julho, quatro exemplares de outra proclamação escrita no palácio do governo do Ceará e assinadas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe em 8 de julho e mais duas proclamações de mesma origem escritas em 13 de julho (ARQUIVO ESTADUAL DO PARÁ - ARQPEP, 1824, Códice 789).

* Mestre em História pela UFPE. E-mail: clio51@yahoo.com.br

Ao tomar conhecimento das informações contidas nessa documentação, os membros da Câmara de Belém talvez não tivessem atentado para a seleção e organização meticulosa dos assuntos tratados, cujo sentido geral era o de uma rebelião que se alastrava progressivamente pela região nordeste do Império, originada de uma insatisfação generalizada contra a interrupção brusca dos trabalhos da Assembleia Geral e Constituinte no Rio de Janeiro, a mando da camarilha conservadora sob a tutela de José Bonifácio de Andrada e Silva. O *Typhis Pernambucano* ia ainda mais além ao construir um quadro sedicioso que incluía a Bahia, Minas Gerais, facções da corte imperial e impressões políticas do periódico argentino *O Argos*, para quem o nascente Estado brasileiro estava suspenso sobre o perigo da República². Em seguida as Proclamações exortavam os povos do Ceará e os *Camaradas Habitantes das Províncias do Norte do Brasil* contra os “corcundas” que queriam reinstalar o absolutismo português e sepultar a causa da Independência, assim como davam uma visão panorâmica do estado das rebeliões no nordeste, sobretudo com o avanço de tropas legalistas em Alagoas e na Paraíba (ARQPEP, 1824, Códice 789).

Finalmente, o exemplar escolhido do *Diário do Governo do Ceará* constituía o que seria o maior alerta acerca da rebelião nordestina, pois compilava diversos ofícios enviados pelas lideranças do movimento no Ceará ao Governo do Maranhão, sempre destacando que não permitiriam que o *Gabinete do Rio de Janeiro, combinado com o de Lisboa, lancem em braços livres as algemas da escravidão aviltada* (DIÁRIO DO GOVERNO DO CEARÁ n° 13, Quinta-feira, 8 de julho de 1824). Se os grupos dissidentes do Ceará e Pernambuco já forcejavam uma entrada política no Maranhão é porque o Grão-Pará estaria, portanto, por um fio. O Império entrava sob o cerco das Repúblicas no extremo norte do Brasil, o que representava, além do espectro cada vez mais realista de fragmentação política, o colapso definitivo da Independência e, possivelmente,

do retorno ao Antigo Regime através da subordinação à Portugal. Daí a escolha e o ordenamento calculado dos impressos, que deveria surtir um efeito imediato de adesão à “luta pela Liberdade e Felicidade” ao lado da Confederação.

A chegada dessa correspondência à Câmara Municipal da capital do Pará somente *oficializou* uma realidade que não era nenhum pouco distante ou estranha para uma facção política da própria instituição, que foi acusada de dar publicidade, anteriormente, a muitos outros impressos de mesma origem, além de numerosos exemplares da Constituição Política da República Colombiana, nas quais se espelhavam os líderes da Confederação do Equador, que teriam corrido à larga pelo espaço público de Belém e do interior próximo, contribuindo para a formação de grupos defensores da República no Pará. Alguns membros da própria junta de governo estariam envolvidos, como Félix Antônio Clemente Malcher e Antônio Correia de Lacerda, além de Pedro Rodrigues Henriques, presidente da câmara municipal, e ausente da sessão extraordinária por questões de saúde (RAIOL, 1970, p.80).

O “partido republicano” seria ainda reforçado por outro grupo descontente, composto por vários ex-combatentes da revolta que explodiu na capital da província na madrugada do dia 14 de abril de 1823, quando um levante militar em Belém, com apoio civil, tentou antecipar o rompimento com Portugal, durando apenas algumas horas. Esse grupo, que teria vivido exilado nos Estados Unidos desde então, teria formado mais uma facção no já fragmentado quadro político da província, pois, segundo o presidente da província, *começaram a desenvolver-se nesta cidade partidos republicanos*³. Nesse sentido, urgia tomar diversas precauções para que os acontecimentos que se davam naquela região do Império não influenciassem a realidade interna, posto que *estes povos [estão] assustadíssimos com os procedimentos praticados pelos governadores das armas do Maranhão e Ceará, mas o receavam e não queriam, ver nesta Província, o que*

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

está acontecendo em outras (apud, RAIOL, 1979 p. 91).

Mesmo assim, a conduta do presidente da província José de Araújo Rozo deve ter causado impacto na “sociedade política” de Belém, pois estava relativamente claro que ele representava um projeto de alinhamento à política centralizadora ditada pelo Rio de Janeiro que muitos não concordavam. Isso fazia com que as alianças políticas fossem extremamente volúveis aos acontecimentos em curso, como mostra a prisão, em junho de 1824, de todos os acusados de serem defensores do projeto republicano na província. Todos os já citados membros da câmara municipal e da junta de governo da capital e seus colaboradores, como o cônego Silvestre Antônio Pereira da Serra, foram levados para prisões separadas e colocados incomunicáveis por ordem de José de Araújo Rozo, demonstrando a volatilidade dos arranjos políticos.

A alcunha de “republicano” poderia ser revestida de múltiplos significados, inclusive servir de retórica para eliminar elementos nocivos no jogo político provincial, o que sugere que as relações de poder ainda não estavam consolidadas entre os grupos políticos que detinham o controle da província, mantendo em suspenso qualquer projeto de futuro, que não passava de mero esboço instável e dependente dos acontecimentos. Por isso, parece ser prudente levarmos em consideração que a presença da Confederação do Equador no Grão-Pará pode ter sido uma invenção calculada para resolver a equação da fragmentação política provincial, que se encontrava pulverizada em diversos focos de governo, como acontecia em outros pontos da vasta província do Grão-Pará, como em Cametá, no baixo Tocantins, e Santarém, nas regiões do médio Amazonas e Tapajós. Além do mais, se fazia *mister* consolidar um único projeto político hegemônico que pudesse ao mesmo tempo equilibrar as relações entre a capital e as principais vilas do interior e ainda fortalecer os fios que ligavam a província ao projeto centralizador da corte imperial, posto que as relações com o Rio de Janeiro ainda não estavam de todo solidificadas.

Parar por aí, entretanto, seria seguir a tendência analítica da historiografia regional de considerar a presença da sedição republicana expandida do nordeste em termos de “fantasmas”, que somente teriam pairado pela realidade paraense, sem, no entanto, se materializarem em atitudes políticas de questionamento ao projeto metropolitano da corte. Caso consideremos que, por um lado, isso efetivamente aconteceu, por outro lado, o republicanismo foi absolutamente presente na realidade da província, principalmente se deslocarmos a análise para os espaços localizados relativamente fora do plano institucionalizado das relações. O foco que nos parece interessante para se deslindar como a chamada “peste da república” vinda do norte do Brasil esteve presente no Grão-Pará está na violenta sedição que aconteceu em agosto de 1824, na fronteira com o Maranhão, onde variados episódios passaram a balançar o cotidiano de significativa parcela das vilas da região nordeste, principalmente em Ourém, Bragança e no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú⁴.

A hipótese central deste trabalho é a de que o impacto das concepções de autonomia oriundas de Pernambuco e do Ceará pode ser melhor dimensionado a partir da apropriação original realizada pelos grupos marginalizados das províncias do Pará e do Maranhão, em um amálgama complexo que se traduziu na tentativa de erigir diversos governos livres e relativamente soberanos nas vilas e lugares da faixa atlântica da província, sobretudo a rebelião iniciada em Turiaçú no mês de agosto de 1824, e que chegou ao surpreendente êxito da tomada de Bragança. Essas pequenas “repúblicas”, no entanto, ganharam um caráter de tal subversão da ordem política e social da época, que seu silenciamento na historiografia constitui um dos aspectos mais claros, senão o principal⁵. Fabricou-se, desse modo, uma sutil exclusão histórica de episódios como esses na escrita da História, em nome de uma pretensa naturalidade e inevitabilidade do projeto político de unidade do Império, embora

cheia de conflitos, que demonstra a presença de um *silêncio eloquente*, no qual um mergulho vertical de olhos abertos nessas águas turvas precisa ser realizado.

Por outro lado, o deslocamento do próprio conceito de “poder” e do “político” se torna fundamental para a busca de outros instrumentos teóricos e metodológicos que proporcionem redimensionar a interpretação das fontes. O lugar de produção dessa documentação, como do próprio conhecimento sobre o passado, precisa ser deslocado do *sentido* evolutivo com o qual os intérpretes da história do Brasil, e os próprios contemporâneos envolvidos na política institucional, procuraram narrar os acontecimentos (Varnhagen, 1854, 1916; Martius, 1845, Raiol, 1970), para adentrar o universo das tramas miúdas de homens e mulheres comuns, circunscritas às microrrealidades variadas construídas, em seus fios de solidariedades e conflitos, no universo de relações sociais tecidas nas localidades onde residiam e/ou trabalhavam. Desse modo, uma abordagem local pode abrir outro leque de interpretações sobre o processo de independência e da construção da “nacionalidade” brasileira, que veicule as atitudes dos grupos marginais ao contexto mais amplo das lutas políticas que tanto impingiam a realidade interna para a desagregação do Império Brasileiro, como abriam possibilidades firmes de participação popular no reordenamento do Estado independente, que se utilizava com convicção do discurso liberal.

Finalmente, a imprevisibilidade com que foi revestido o contexto histórico de Independência brasileira trouxe à baila uma surpreendente flexibilidade dos conceitos políticos, como os de “pátria” e “nação”⁶, apontam a necessidade de outras metodologias, como o de uma “história conceitual do político” (Koselleck, 2006; Pocock, 2003). A defesa da Pátria, por exemplo, poderia ser compreendido de diversas maneiras, tal era a multiplicidade de identidades políticas coletivas⁷ em jogo. Nas lutas pela manutenção da liberdade a partir de uma participação política efetiva nas conjunturas de poder localizados no interior da província, também

eram forjadas concepções políticas marginais que se entremeavam com velhas insatisfações, porém reinvestidas de novas necessidades. A *cidadania* se colocava como central nesse momento em que as persistências das estruturas políticas do Antigo Regime ainda se mantinham bastante presentes, ao passo que as bases da nova estrutural imperial apresentavam fragilidades importantes, mantinham a situação em suspenso e criavam condições para que o plano revolucionário produzidos nas margens sociais pudesse se expandir na Amazônia.

A mudança, portanto, se colocava como absolutamente possível para índios, pretos e pardos, que passaram a se entender como parte de um tempo em que o ordenamento do corpo social deveria ser reformado ao ponto de concretizar o mundo completamente novo da Liberdade e da Igualdade, desnaturalizando as desigualdades sociais⁸. O discurso de vulnerabilidade do Império e dos perigos de uma recolonização iminente, difundido pela Confederação do Equador serviu, no limite, para que as demandas políticas oriundas das margens sociais fossem prontamente associadas à violência e até à tentativa de extermínio dos portugueses no sertão paraense. O patriotismo popular era menos um pertencimento a uma Nação por vínculos de nascimento do que um sentimento de posse sobre a Pátria, que a partir daquele momento pertencia a todos igualmente, e não a um punhado de abastados de ascendência branca e europeia. Na fronteira nordeste da província, todos esses elementos ora se articulavam, ora se dispersavam, de acordo com os acontecimentos, o que demonstra que qualquer conclusão permanente é pura ilusão.

A Região do Salgado como fronteira do Equador

A região leste da província do Grão-Pará, hoje denominada de “Região do Salgado”, por conta de sua larga faixa litorânea com o Atlântico, tinha como ponto mais representativo, no âmbito administrativo e militar, a vila de Bragança, cuja jurisdição se estendia até a fronteira com a província do Maranhão⁹. Esse

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

vasto território, recortado por inúmeros rios e pequenos afluentes, tinha como principais atividades produtivas os cultivos do algodão, arroz e mandioca, geralmente comercializados em maior escala com os negociantes maranhenses pela facilidade de acesso através de estradas que interligavam vilas e lugares do Pará, como Ourém e Turiaçú, aos núcleos urbanos representativos do cordão algodoeiro da província vizinha, como as vilas de Guimarães e Alcântara¹⁰. Essa realidade servia para aproximar negociantes dos dois lados da fronteira que, não raro, mantinham propriedades e domicílios tanto no território

paraense como no do Maranhão. Do ponto de vista demográfico, a região do salgado estava assim disposta:

Em termos percentuais, a região do salgado representava 11,91% do total dos habitantes de toda a província do Grão-Pará e Rio Negro e 14,61% da população da comarca de Santa Maria de Belém, o que demonstra, mesmo que inexatamente, que essa região era a terceira mais populosa e de maior impacto das agitações revolucionárias no período imediatamente posterior ao da independência. Vejamos os percentuais de habitantes livres e cativos por vila da região do salgado:

Tabela 1: População aproximada das vilas e lugares da Região do Salgado.

Vilas e lugares da Região do Salgado	Nº de habitantes
Bragança	6.847
Cintra	4.784
Ourém e Freguesias (Irituia e São Miguel)	2.655
Turiaçú	2.553
Gurupi	223
Vizeu	172
Piriá	53
Total de habitantes	17.287

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adílson J. I. Brito

Tabela 2: Percentual de homens livres e escravos nas vilas e lugares da Região do Salgado.

Vilas e lugares da Região do Salgado	Nº de homens livres	Nº de escravos	% de livres	% de escravos
Bragança	6.365	482	92,96%	7,03%
Cintra	4.319	465	90,28%	9,71%
Ourém e Freguesias (Irituia e São Miguel)	1.945	710	73,25%	26,74%
Turiaçú	1.553	1.000	60,83%	39,16%
Gurupi	223	-	100%	0%
Vizeu	172	-	100%	0%
Piriá	53	-	100%	0%
Total /Média %	14.630	2.657	84,63%	15,36%

Fonte: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília, Senado Federal : Conselho Editorial, 2004.

Esses números são interessantes para se analisar as proporções de escravos e livres para a região, assim como constatar que, especificamente no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú, onde se desenvolveu o cerne da comoção revolucionária encabeçada pelos grupos armados de índios e negros, a balança numérica denota a significativa porcentagem de quase 40% de escravos negros. Considerando contudo, a média de habitantes livres e cativos relacionados ao conjunto da região do salgado ainda temos que considerar que a proporção de homens livres é muito maior do que a de escravos, o que, nos coloca diante do presumível contingente substancial de indígenas envolvidos nas sedições, posto que constituíam praticamente toda a população localizada nos vastos distritos rurais ligadas aos núcleos urbanos. Em seu *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Antonio Baena chegou a fazer um mapeamento aproximado dos habitantes da região do salgado por etnia, pelo que escolhemos não utilizarmos esses números por conta da grande mobilidade que esses índios, brancos, negros e mestiços se encontravam no calor dos acontecimentos, migrando de um lado para o outro da fronteira com o Maranhão e fluindo diretamente na imprecisão do número de habitantes de diversas vila e povoações, que ora aumentava vertiginosamente e ora refletia paisagens de completo abandono.

Aliás, esse é, talvez, o grande diferencial das sedições da região do salgado. A proximidade da fronteira com a província do Maranhão colocava a população residente no Pará mais próxima dos acontecimentos políticos que se passavam nas províncias mais ao sul, o que era uma grande dificuldade por conta do imenso litoral oceânico. Essa era a grande preocupação do comandante geral de Bragança, Pedro Miguel Ferreira Barreto, pois tinha conhecimento que *algumas províncias do Sul se tem desorientado a julgo [de] Pernambuco*, o que era uma informação de grande importância para a segurança interna da província, porque *acredito que de alguma maneira as Gazetas daquela cidade, que inclusas remeto para V. Ex.^a digne a levar à*

presença da Ex.^{ma} Junta (ARQPEP, 1824 códice 788). A julgar pelas informações de Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará e uma das primeiras interpretações sobre os eventos emancipacionistas no Pará, que no princípio do mês de abril chegara à Belém a escuna *Camarão* procedente de Pernambuco (RAIOL, 1970, p.79), trazendo as primeiras notícias da revolta liderada por Paes de Andrade para a realidade interna da província, o ofício do comandante Ferreira Barreto ganha notoriedade porque exatamente no *mesmo momento* ele tinha em suas mãos as gazetas que traziam notícias da região insurgente.

Esse não é um dado que possa passar despercebido, o que parece ter acontecido para grande parte da historiografia. A chegada desses periódicos na vila de Bragança, em 2 de abril, indica que possíveis exemplares do *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca, assim como proclamações de dissidentes do governo do Ceará, como as escritas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e ainda outros tantos papéis daquela área sediciosa que começava a criticar o projeto excessivamente centralizador da corte do Rio de Janeiro, estavam circulando pelo norte do Maranhão e que era possível, pelo correio de terra que passava pelas inúmeras estradas reais, sobretudo a de Sobral que cortava a província maranhense pelo litoral até a fronteira com o Pará, chegar à Bragança. Em janeiro de 1824, na vila de Ourém, já se chamava a atenção para a grande frequência com que pretos fugidos e desertores adentravam a região vindos do lugar de Peritoró no Maranhão, para fazerem assaltos nos núcleos urbanos e distritos rurais, pelo queurgia se colocar um destacamento militar fixo na boca do rio Irituia e em pontos estratégicos das estradas reais, caminhos por onde frequentemente passavam os fugitivos sempre se esgueirando pelo mato para não serem pegos sem passaportes (ARQPEP, 1824, códice 782).

A referência a Peritoró, no entanto, é sugestiva no conjunto das preocupações alimentadas pelos áulicos da região do salgado paraense, pois esse lugarejo fazia parte da

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

região do Itapicuru-mirim, no “meio norte” da província do Maranhão, extensa área produtora de algodão e arroz desde meados do século XVIII, cujas fazendas se baseavam largamente na mão-de-obra escrava de negros e índios e onde as lutas de independência tinham sido particularmente violentas. O envolvimento de negros escravos e forros, nas lutas pela emancipação política, principalmente organizados em mocambos de razoável população e de grande inserção nas relações de sociabilidade da região, produziu uma paisagem revolucionária abertamente contrária aos portugueses proprietários de terras e negociantes, o que desembocou em conflitos raciais de radicalidade singular, que, em muitos momentos, acabaram por ser relacionados ao temor branco do “haitianismo”. Com isso, utopias de “liberdade” foram construídas no calor da guerra contra Portugal e que, no início de 1824, estavam longe da calma (Cf. ASSUNÇÃO, 2005 p. 345-78).

Por outro lado, o meio-norte algodoeiro também tinha sido palco privilegiado das contendas políticas tanto do constitucionalismo português, como do processo de independência, tendo como organismo político de grande participação a câmara municipal de Itapicuru-mirim, na qual passaram a se concentrar os grupos políticos que entoavam a linguagem patriótica, com especial destaque para as famílias dos Burgos, Belforts e os Bruces. Nessa instável conjuntura, os lances decisivos da “adesão” maranhense ao projeto político do Rio de Janeiro seriam construídos a partir da entrada de tropas oriundas do Piauí e do Ceará em março de 1823, que passaram a se concentrar na vila de Caxias, onde montaram um enredo de governo autônomo, demonstrando o alto nível de influência dos grupos políticos da região (ASSUNÇÃO, 2005 p. 351). Enquanto a situação continuava em suspenso na capital da província, São Luis, também foi montado um governo provisório em Itapicuru-mirim, eleito pelos camaristas da vila, onde figuravam representantes proeminentes dos “três Bês” (REIS, 2008 p. 148), pelo que a chegada do almirante Lord Cochrane em julho, com a missão de forçar a junta de governo provin-

cial a alinhar-se à corte de D. Pedro, somente precipitou uma situação já existente em grande parte do Maranhão, sobretudo da rica e influente região do meio-norte para baixo¹.

Desse modo, não se pode deixar de lado a singularidade do processo de independência do Maranhão, primeiro pela grande participação popular que engendrou, fazendo com que negros e índios protagonizassem inúmeras revoltas por toda a região até a fronteira com o Pará, onde procuravam refúgio das tropas legalistas e dos capitães do mato contratados por fazendeiros para recapturá-los. O afluxo desses sujeitos para diversas e vilas e povoações paraenses é particularmente importante entre meados de 1823 e todo o ano de 1824, o que colocava os comandantes militares da região do salgado, particularmente os de Bragança, em constante alerta, temendo que ampliassem a boataria em torno do que acontecia na província vizinha, sobretudo no que concerne aos projetos revolucionários fabricados pelos grupos marginais. Todos os acontecimentos que se passavam na província vizinha eram acompanhados de perto, e com grande ansiedade, pelo governo do Pará, que recebia regularmente ofícios da junta constitucional maranhense pelo correio terrestre, em que a capitulação do Maranhão representava o isolamento político da província no contexto independentista (BAENA-1969, pp. 363-365).

Em segundo lugar, parece interessante pensar que as agitações do meio-norte não estavam desconectadas das realidades conflituosas que marcavam as províncias do Piauí e do Ceará no contexto da independência brasileira, posto que esta região situava-se em uma geopolítica da revolução que continuava particularmente ativada no ano de 1824, quando a Confederação do Equador tentava colocar em xeque a hegemonia político-administrativa do Estado Imperial sobre o norte, com expectativas reais de expansão desse projeto autonomista para o Maranhão e o Grão-Pará, na tentativa de formar um bloco de poder alternativo que fosse mais representativo no jogo político regional, embora não rompendo com a cor-

te. Todas essas realidades estavam interligadas e compunham um quadro de razoáveis possibilidades no que tange ao estabelecimento de uma federação ou confederação política, cujas teias ainda estavam por serem construídas no espaço do extremo norte.

Nesse sentido, o comandante militar da vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto chamava a atenção para a necessidade de maior controle desse fluxo de informações procedentes de Pernambuco e das articulações que começavam a caracterizar a política nordestina, que poderia causar distúrbios entre o “populacho” das vilas vizinhas e cercanias, pois

(...) também me consta que Cintra e Salinas estão fulminando um levante novo de Pretos e Índios; e em consequência do exposto rogo a V. Ex.^a que sirva fazer ciente a Ex.^{ma} Junta que esta Vila está em um ponto, suposto que central, contudo com barra franca e estradas Reais para todo o interior desta Costa até a Província, e que para poder segurar, e fazer conter qualquer inimigo interior, ou externo, a que não chegue à Capital sem experimentar algum dano (ARQPEP, 1824, código 788).

Não parecia absurdo para o comandante de Bragança supor que esses indígenas, pardos e pretos que se revoltaram em Cintra (atual município de Maracanã) e em Salinas no mesmo mês de abril, tivessem tido acesso às notícias das rebeliões que estavam acontecendo em Pernambuco e no Ceará, posto que o maior temor das autoridades era o de que notícias da república pudessem, de alguma forma, fomentar ainda mais a insubordinação dos homens livres e escravos das localidades situadas na orla marítima da província.

O tom apreensivo do documento não surpreende, porque Cintra tinha sido palco de uma violenta sedição de soldados índios e negros escravos em setembro de 1823, que, liderados pelo pardo carioca Manuel Nunes, proclamaram a independência na vila com grande perseguição aos portugueses. Rejeitando as autoridades constituídas que fugiram do lugar para preservar suas vidas,

Manuel Nunes, intitulando-se “general”, assumiu o governo com o auxílio do pardo Manoel Pires e dois outros soldados, que, segundo o juiz ordinário, *é quem aqui despede todas as ordens, ao Juiz, aos Comandantes e é quem governa aqui em chefe (Apud MUNIZ, 1973 p.643)*, do que podemos inferir que se estabeleceu uma experiência de razoável autonomia política sob o controle de um pardo em Cintra, coisa parecida com que os revolucionários pernambucanos e cearenses queriam realizar para aquela região do Império, denominando seu governo de “República”. Talvez a preocupação em reforçar a vigilância sobre o correio terrestre fosse a de não exacerbar ainda mais as contendas raciais e de nacionalidade na zona do salgado, posto que os europeus residentes na vila estariam dizendo que *são senhores desta terra, que os índios não sabem nada, como índios hão de ficar por baixo deles*, exacerbando ainda mais o sentimento patriótico de lusofobia (*apud, MUNIZ, p.645*).

A situação parecia ainda mais grave em abril de 1824, pois em Salinas tinha irrompido outra preocupante sedição popular, cujas providências imediatas deviam ser as de *mandar uma Companhia de Milícias desta Vila abater e extinguir os indignos negros e seus sequazes que ali fulminaram o levante premeditado. (ARQPEP, 1824 Código 788)* Os índios continuavam igualmente envolvidos na revolta contra os habitantes brancos de Salinas, atacando seus bens e propriedades através de violentos saques que acabavam por dispersar parte da população para os matos por algum tempo. Mas, a importância de conter essas sedições políticas marginais não se restringia somente ao equilíbrio local, pois causava inquietação nas autoridades que notícias dessas revoluções se espalhassem para as outras províncias, desvelando a fragilidade da estrutura militar existente na área marítima do Pará, posto que era preciso ajudar o sargento comandante da vila com milicianos para *repelir qualquer invasão interna. (ARQPEP, 1824, Código 788)*.

A prisão e o desterro para fora da província do padre José Ribeiro do Rego em Turia-

Na mira do Império: o cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

çú, oriundo do Maranhão, por ter declarado em um sermão dominical “excomungadas as Autoridades Constituídas” por sua vinculação a Portugal e chefiado uma sedição em Bragança (MUNIZ, 1973, p.600), aumentou a apreensão sobre as possíveis ligações de fronteira, o que impelia as autoridades militares a reforçar a vigilância sobre os distritos próximos, como o rio Turi, o porto de Tentugal e o lugar de Gurupi, cuja estrada real ia dar em Peritoró, *por onde frequentemente transitam Desertores e Negros de uma e outra Província* (ARQPEP, 1824, código 788). O grande perigo das ligações entre a população da região do salgado e os fugitivos do Maranhão estava nas possíveis influências que os revolucionários poderiam exercer sobre a grande massa de indígenas que habitavam as vilas e seus distritos rurais, que já sinalizavam descontentamentos com os proprietários brancos, como bem pode se notar a tentativa de revolta que se deu no lugar de Arumajó, distrito de Turiaçú, encabeçada pelos índios Constantino Rodrigues Pereira, Filipe e Manoel Joaquim, que *[aliciavam] os índios contra os brancos dessa vila* (apud CORRÊA, 1973 p. 601).

Essa movimentação de grupos marginais pelas estradas que interligavam as vilas e povoados dos dois lados da fronteira não somente significava o perigo constante de novos levantamentos raciais contra os moradores identificados com a causa da Europa, como também colocava em risco a comunicação oficial entre as duas províncias, o que comprometia qualquer tentativa de ação conjunta das tropas paraenses e maranhenses. Em tempos críticos, de presumível ameaça revolucionária externa, a conduta dos índios José Luiz e Francisco, encarregados do correio de Turiaçú para Bragança chama a atenção, pois os dois milicianos sendo perguntados que papéis traziam para a vila, logo ficaram sobressaltados e caíram em contradição, despertando a desconfiança do sargento que os interrogava. O surpreendente nesse lance é que, feita a busca no malote que carregavam, foram encontradas quatro cartas não oficiais, sendo uma delas escrita em inglês, o que logo responderam que foram orientados pelo juiz de Turiaçú

e por um tal Tavares para que trouxessem em segredo as missivas, tendo sido despachados para a estrada na boca da noite, sendo a carta escrita em inglês enviada do Maranhão para um morador de Bragança (ARQPE, 1824, código 788).

Talvez jamais saibamos o que esse inglês escreveu ao seu correligionário em Bragança, mas o fato é que, por hora, torna-se importante colocar que a comunicação estabelecida entre as províncias do Pará e Maranhão não eram seguras naquela conjuntura, posto que os suspeitos milicianos não somente utilizavam o serviço oficial do correio terrestre para transportar informações alheias às autoridades, como abriam as correspondências e espalhavam pelo espaço público as informações nela contidas. A chegada do pedestre Manoel Raimundo em Bragança, vindo do Maranhão trazendo a mala do correio com respostas daquele governo ao do Pará, causou grande furor pela estrada por onde passava, pois que *já na ida foi espalhando notícias aterradoras (...), e na volta veio vociferando não só da mesma forma, como com mais audácia*. Os ditos do pedestre Manoel Raimundo, que teriam mexido tanto com a população “de cor” dos dois lados dos limites provinciais, notadamente em Turiaçú, foram repetidos na frente do comandante militar de Bragança com grande altivez e propriedade no mesmo momento de sua chegada

que Maranhão tinha-se levantado na véspera do Espírito Santo, porque os Ex.^{mos} Senhores, Presidente, e Governo das Armas, querendo mandar assassinar toda a Tropa, um padre velho foi quem livrou, por avisar a dita Tropa, a qual em desafrenta se levantaram e depuseram o Presidente, e o Governo das Armas, mandando a este preso para a Ponta da Areia, e tomando a chamar para o Governo os Membros da Junta, que tinham acabado; e que só no Estado do Pará se via ainda Marinheiros governarem, porém que assim sucedia por a Tropa ser mo-fina (ARQPEP, 1824, código 788).

Os eventos relatados por Manoel Raimundo tinham relação direta com a instabilidade política que grassava sobre o Maranhão de-

pois da “integração” ao projeto da corte do Rio de Janeiro. Esses intrincados acontecimentos, centrados nas disputas políticas entre os grupos que almejavam o poder provincial, notadamente aqueles mobilizados pelo comandante das armas, José Félix Pereira de Burgos, e por Miguel Bruce, em campos opostos, revelavam uma conjuntura de completo fracionamento institucional, em que o futuro se configurava como imprevisível. Dessa forma, o desenlace desses episódios se deu no dia 4 de junho, quando a guarnição de São Luis protagonizou a deposição do presidente Antônio da Silva Nunes Belfort, apoiado pelo grupo de Burgos, que ficara no cargo por apenas dois dias, restaurando a antiga câmara municipal e abrindo caminho para a posse de Miguel Bruce em 7 de agosto, com o apoio de boa parte da tropa oriunda do Itapicuru, investida de legitimidade pelo imperador. Burgos foi capturado na Ponta da Areia, distrito da vila de Alcântara, sendo deportado para o Rio de Janeiro para responder a uma devassa por crime de lesa-majestade (REIS, 2003, pp. 152-153).

O interessante no relato do pedestre Manoel Raimundo é a ênfase dada sobre a ação decisória da tropa de linha, que estaria fortalecida ao ponto de participar diretamente do jogo político provincial, depondo e restaurando o governo e a câmara. Talvez, essa atitude de autonomia dos soldados maranhenses, tanto na capital, como no interior – onde os soldados rebelados organizaram uma força expedicionária e marcharam sobre São Luis com o intuito de pressionar a câmara municipal para que organizasse uma eleição para a junta provisória até que fosse empossado o representante legítimo do imperador² –, enchesse de orgulho o pedestre que, sem qualquer cerimônia, relatava os fatos que tinha tomado conhecimento pelo correio na frente da autoridade máxima da região do salgado. Por isso, deveria ter falado em tom altivo e decidido quando diferenciou os briosos soldados maranhenses em relação aos “mofinos” militares paraenses, o que encheu de indignação o capitão Pedro Miguel Ferreira Barreto. A possibilidade de intervenção direta nos

rumos da política institucional fazia com que índios, negros e pardos sentissem que as transformações almejadas, principalmente em torno da escravidão e do serviço militar, também dependiam de suas atitudes diante dos grupos abastados, seja como aliados ou opositores, contribuindo para consolidar a independência brasileira sob o signo da liberdade no cotidiano das relações sociais, onde o expurgo do “partido português” se tornava a principal missão patriótica.

Não é a toa que grande parte das expectativas populares, notadamente dos que integravam as tropas de linha do Maranhão, associavam a revolução da independência ao presidente da província Miguel Bruce, partícipe do governo autônomo de Itapicuru-mirim, que tomou posse do cargo como governador da província com apoio da guarnição de São Luis e da junta expedicionária aquartelada no mesmo lugar. É preciso contudo, sublinhar que entre junho e julho de 1824, conjuntura em que se deu o episódio do pedestre Manoel Raimundo no Pará, Miguel Bruce passou a ser acusado com maior convicção de manter comunicação com os revolucionários da Confederação do Equador³, tendo supostamente recebido emissários republicanos de Pernambuco com o intuito de alinhar a província ao bloco político que se alastrava pelo norte do Brasil⁴. Certamente deve ter recebido as proclamações e exemplares do *Typhis Pernambucano*, assim como o Pará, talvez até antes de abril de 1824, o que complicava ainda mais a conjuntura política local, que se traduzia perfeitamente na fala de um potente de Caxias, João Paulo Dias Carneiro, que achava

(...) acertado por um lado, e por outro não lhe acho jeito nenhum por estarem os negócios políticos tão atrapalhados, que ninguém os entende, e nem se sabe que carreira que devemos seguir; porém sempre me lembro dizer a Vossa Senhoria, que em tais circunstâncias deve um homem seguir o maior partido: Vossa Senhoria na sua me diz, que a maior causa da resistência contra Bruce, é por ele querer aclamar nesta Província a República: digo eu então, se essa é a

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

vontade de Bruce, então está Bruce como quer, porque é quase a vontade geral, nesse caso não deve Vossa Senhoria oposição (apud ASSUNÇÃO, 2005, p.359).

Portanto, há tempos que as conexões entre os republicanos de Pernambuco e do Ceará não eram fantasmas que pairavam por sobre a realidade daquela parte da Amazônia. Deveria ser “quase vontade geral” entre a população maranhense, sobretudo os habitantes indígenas e negros, que a província tomasse outro rumo àquele ditado pela corte imperial, principalmente por causa da clara política antiportuguesa de Miguel Bruce e da tentativa de formação de um exército popular. Todas essas questões estavam presentes na realidade dos moradores das duas províncias e ameaçava, em certa medida, a própria integridade do nascente Império Brasileiro, posto que, como bem colocou Lord Cochrane, em correspondência dirigida ao presidente do Pará José de Araújo Rozo, *as províncias, cada uma separadamente, se acham dispostas a seguir o mesmo que tornaram desprezível e fraca a América Espanhola*⁵. Todas essas questões percorriam um amplo espaço público, notadamente a região norte do Maranhão, onde a população recebia essas “notícias aterradoras” dos próprios pedestres que levavam e traziam as correspondências oficiais. Imaginemos todas essas informações transformadas, de diferentes formas, em boatos e teremos combustível de sobra para tornar a situação no interior bastante explosiva.

A expansão das utopias revolucionárias sob o governo de Miguel Bruce passou, exatamente entre junho e agosto de 1824, a circular com mais vigor pela província do Grão-Pará, especialmente nas localidades situadas próximas à linha demarcatória da província. Farta documentação indica ter havido uma intensa movimentação de negros e índios em vários lugares subordinados à jurisdição militar de Bragança, principalmente no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçú, onde *os seus Habitantes / a maior parte / são assassinos, criminosos e homens da*

pior índole, que não podendo existir nos Estados do Maranhão, por recearem ir expiar seus delitos no Pará, logo procuravam as matas próximas do rio Turi, por ser limite da outra. Quando começavam a ser procurados no Pará logo cruzavam a fronteira, indo se alojar nos distritos rurais da vila de Guimarães. Por conta dessa intensa migração de fugitivos para o Pará, chegou-se a projetar uma população escrava constituída de 3.000 negros, o que excede em 200% as estatísticas de Antonio Baena, que contavam para o Turiaçú cerca de 1.000 escravos. O pior de tudo, no entanto, estava na relação que essa numerosa população escrava poderia tecer com outros inimigos do poder público, posto que existiam *ameaças à Vila e [aos] matos, que nela habitam, que sem dificuldade podem angariar partidos revolucionários* (ARQPEP, 1824, código 788).

O afluxo desses negros fugitivos, muitos dos quais vinham de grandes mocambos situados nas matas maranhenses, notadamente os da região de Maracassumé, logo passou a promover um grande surto de violência em Turiaçú (ARQPEP, 1824, código 749). Os alvos das ações desses fugitivos eram as fazendas do meio rural, onde os revoltosos saqueavam tudo o que podiam carregar, como sacas de farinha e cabeças de gado, que certamente eram utilizados para municiar as comunidades mocambeiras. Além disso, passavam a insultar e a realizar matança na população branca proprietária do Pará, como aconteceu na fazenda de Manoel Matos de Souza, onde magotes negros mataram o feitor branco. Como a estrutura policial era muito deficitária, os fazendeiros solicitaram no comandante de Turiaçú que se contratassem os experientes capitães do mato de Guimarães, que seriam pagos pelos próprios moradores, o que foi prontamente permitido pelo comandante da vila maranhense.

A sensação de impotência diante das ações perpetradas pelos marginais maranhenses é uma constante na correspondência trocada entre as diversas instâncias do poder na região do salgado. Isso se devia, em grande parte, ao fracionamento do po-

der que, a exemplo das outras regiões do Grão-Pará, enfraquecia as autoridades constituídas, que não conseguiam planejar uma ação ofensiva decisiva para debelar os desordeiros. Diante dessa situação, parte das autoridades sequer sabia o que fazer, limitando-se a narrar os acontecimentos e a pedir reforços de milícias do que agir efetivamente com o pouco que tinham, o que gerava um claro clima de desconfiança em relação aos comandantes militares. Muitos moradores proprietários de terra e negociantes optaram por deixar os distritos de Turiaçú e irem para a vila maranhense de Guimarães, onde a ordem parecia ainda estabelecida, do que permanecerem em suas lavouras e criações de gado e contemplarem a devastação de seus bens e propriedades⁶.

Mesmo que tenha sido organizada a Companhia Imperial de Bragança e da 2ª companhia de milícias de Turiaçú em maio, com ordem para se alistar todos os moradores que residissem nas vilas e distritos da região do salgado, os pedidos de tropas eram freqüentes. Todavia, entre o projeto da nova tropa miliciania e a realidade do recrutamento existia uma grande diferença, pois, se teoricamente existiam muitos moradores aptos ao serviço militar em toda a região, na realidade muitos eram pobres e dependentes de suas pequenas lavouras, pelo que ficavam isentos do recrutamento, por não terem como adquirir fardamentos e apetrechos militares. Outros, no entanto, rejeitavam abertamente o serviço militar, porque assim que ouviam os bandos públicos convocando-os para o alistamento voluntário, como aconteceu nem 21 de abril na vila de Bragança, *todos se embrenharam pelos Matos / prática e costume [deles] todas as vezes que aqui há recrutamento*. As difíceis circunstâncias políticas, em que se destacavam os avanços de revolucionários de fora sobre o Pará, fazia com que um dos principais critérios do recrutamento na jurisdição de Bragança fosse o do controle social, pois forçar os moradores ao serviço nas milícias representava *não haver na Comandância partido contra as Autoridades, que dêem princípio a*

*alterar o espírito público desse Povo tão honrado, como Pacífico*⁷.

Chama a atenção nesse jogo político regional, por outro lado, a constante tentativa do comandante militar de Bragança, Pedro Miguel Ferreira Barreto, de subordinar boa parte das vilas e lugares da região a sua autoridade pessoal, solicitando ao governo central maiores poderes sobre as vilas de Salinas, Cintra e Turiaçú. Essa postura, que foi se sedimentando gradativamente ao longo de 1824 com a anuência da junta provincial, por vezes se traduzia em atitudes arbitrárias contra os moradores de sua jurisdição, especialmente quando eram cobrados os dízimos nas vilas e distritos rurais, como aconteceu na propriedade de José Lopes da Cunha, tendo que pagar seus impostos à Fazenda Imperial em cabeças de gado, teve seu administrador Pedro Antônio de Paula preso por ter dito ao comandante que *os Bois se achavam no campo na fazenda de seu patrão; e que nem por conta dos Dízimos, nem para a Fazenda Imperial pagar-mos entregava* (ARQPEP, 1824, código 788). Quando não era atendido de pronto pelas autoridades da capital em suas solicitações centralizadoras, Barreto ameaçava pedir sua demissão sob a justificativa de não ter suficiente soldo para manter uma vida digna, tendo que retomar o controle de seus estabelecimentos e propriedades, em clara atitude de calculada pressão (ARQPEP, idem). Em Turiaçú a situação se encontrava de forma muito semelhante, com o comandante militar José Gonçalves de Azevedo arrefecido a cobrança de impostos dos moradores do povoado e dos distritos, principalmente após a formação da companhia de milícias, sendo considerado despótico e partidário dos "portugueses" por grande parte dos proprietários rurais.

Com o avanço das sedições na região do baixo Tocantins, sobretudo em Cameté, nesse mesmo momento, o governo provincial solicitava urgência em envios de carnes, peixes e farinha para a capital, o que levava a comandância de Bragança a exacerbar a cobrança e impostos dos proprietários, obrigan-

Na mira do império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

do-os a levar o que tinham de víveres prontos para o consumo imediato para o quartel central⁸. Caso os lavradores se negassem a cumprir com suas obrigações diante da Fazenda Imperial, *será julgado como inimigo da sociedade, apático das ruínas da nossa Pátria e de espírito igual ao dos monstros inumanos que habitam [a] nefanda Vila de Cameté*, pelo que se utilizava o argumento político para justificar a necessidade do pagamento voluntário dos dízimos (ARQPEP, 1824, códice 788).

A constituição do poder na região do salgado no período pós-independência, portanto, não tinha a consistência necessária para controlar as revoluções que pipocavam nas vilas, povoações e distritos rurais. A autoridade das instituições na região estava claramente abalada diante da configuração política indefinida por conta das relações de força entre os grupos proprietários estarem colocadas sobre objetivos divergentes, como acontecia no mesmo período em outros pontos da Amazônia. Essa relativamente dispersão do poder, também por causa do frágil apoio do governo provincial, tomado pelas outras revoluções que irrompiam no Grão-Pará, era seguramente percebida pelos extratos marginalizados da sociedade local, que exacerbavam a ideia de que os tempos realmente estariam mudando e que suas intervenções seriam de importância central para que um futuro de “liberdade” fosse construído.

Isso reforçava ainda mais a perspectiva de que era iminente a queda do Antigo Regime português e de todas as suas práticas de controle social, pelo que o traço ilegítimo da autoridade era cada vez mais reforçado pelo desrespeito às instituições, como aconteceu com um praça desertor apanhado e preso em Bragança, que, antes de entrar na cadeia foi--lhe perguntado seu nome no que respondeu *eu chamo-me Benedito de Brito e vá à puta que o pariu!*, o que gerou escândalo na autoridade responsável pela cadeia, que passou a temer pela sua própria vida, posto que Benedito de Brito era um dos mais atrevidos revolucionários da vila e tinha pro-

metido exterminar todos os membros do governo constituído (ARQPEP, 1824, códice 788). Nessa lógica marginal, estaria perto o dia em que a Pátria, no sentido de província, estaria próxima de ter decretada sua verdadeira independência de Portugal, tal era a disposição dos habitantes indígenas e negros, tanto do Pará como do Maranhão, em expulsar todos os europeus das vilas e povoados, principalmente aqueles que detinham o poder político e ocupavam os cargos de mando, ingredientes esses que estiveram presentes no sério levante iniciado em 26 de agosto de 1824 na povoação de Turiaçú.

Independência e Morte aos Europeus! A república de Turiaçú.

A historiografia amazônica que enfocou os conflitos da região do salgado referenciou a sedição de 26 de agosto em Turiaçú como sendo uma das mais violentas do Grão-Pará no contexto da independência brasileira, tradição essa que remonta aos *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol. Praticamente todos os trabalhos que enfocaram essa revolta, notadamente os que integraram o número comemorativo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, editado por ocasião do centenário da independência em 1922 e organizado pelo engenheiro e secretário da instituição João de Palma Muniz, procuram integrá-la no conjunto de *eventos locais*, como sendo uma revolta nativista sem muita orientação promovida pelos índios e negros que procuravam expulsar os portugueses da região do salgado. Trazendo documentos novos, trabalhados sob uma perspectiva de linearidade temporal, os autores referendaram, um a um, a tese de Palma Muniz, para quem as lutas políticas desse momento estariam situadas na divisão existente entre dois partidos divergentes, constituídos pelos “brasileiros” e “portugueses”, sendo as atitudes dos grupos marginais colocados com o sentido geral de “desordens”, e pontuados como parte de um movimento quase que metafísico e evolutivo que apontava para a consolidação da Nação e do Estado brasileiros⁹.

Contudo, a leitura que fizemos da documentação referente a essa sedição sinaliza que, na visão dos contemporâneos envolvidos nos acontecimentos em Turiaçú e Bragança, a revolução de 26 de agosto também estava firmemente situada na conjuntura independentista do Maranhão¹⁰, principalmente por causa do grande número de participantes negros oriundos daquela província, como pelo claro interesse das autoridades maranhenses em colaborar com o presidente do Pará no intuito de sufocá-la o quanto antes. Nesse sentido, o rompante popular de Turiaçú seria a extensão de movimentos desagregadores que tomavam conta da capital São Luis, provenientes da região de Itapicuru-mirim, o meio-norte algodoeiro, onde, como já discutimos anteriormente, estava a sede da Junta Expedicionária formada pelas tropas milicianas, apoiadas por potentados locais, para legitimar o processo político eleitoral do presidente da província, ante a deposição do comandante das armas José Felix Pereira de Burgos.

O primeiro relato circunstanciado sobre os acontecimentos de agosto em Turiaçú aponta como marco inicial da revolta a chegada de sentinelas avançadas de um corpo de tropas ligeiras, composta em sua maior parte de desertores, à povoação pela estrada real, dando três tiros para o alto como sinal do início da sublevação. A ação tinha sido premeditada há, pelo menos, dois dias antes, quando o comandante da povoação reunira as autoridades no intuito de decidir sobre o que fazer, posto que recebera duas denúncias de soldados que, ao passarem pela estrada que levava ao Maranhão, tinham encontrado um *partido grande que se achavam juntos para atacarem a Povoação*. Não se tinha nenhuma dúvida que a

comoção que se estavam urdindo entre os Povos de pouca consideração desta Ribeira, alucinados com as desordens da Província do Maranhão que no (sic) de suas desenganadas intenções tem cometido assassínios, roubos e execrândos atentados, o mesmo que nesta Pro-

*víncia praticar, pois a rapina e devastação agrada aos indolentes e perversos*¹¹.

À frente da tropa, integrada por grande número de negros escravos fugidos e amocambados, estavam os capitães do mato, oriundos do Maranhão, José Florêncio, André Miguel e João Cândido Pedreiro, que adentraram a povoação com reivindicações bem definidas. Queriam a deposição imediata do comandante José Gonçalves de Azevedo, associado ao “partido português” e pelas inúmeras arbitrariedades perpetradas contra os “brasileiros”, e a expulsão para fora da província de todos os europeus residentes no povoado em seus distritos. Impuseram também a nomeação de um comandante brasileiro, devendo ser o capitão Manoel do Nascimento de Almeida, pelo que se dispuseram a matar as autoridades caso essas condições não fossem plenamente satisfeitas (ARQPEP, 1824, código 783).

O grande número de negros que acompanhava a tropa revolucionária de José Florêncio, André Miguel e João Pedreiro, composta de oitenta a cem homens, logo foram cooptando outros negros e índios dos distritos rurais de Turiaçú, incentivando-os a abandonar os trabalhos nas fazendas dos portugueses e a se juntarem às tropas rebeldes. A motivação que tinham e que passavam para os novos adeptos era a de que os chefes da milícia lhes prometiam a liberdade, noção essa de profundos significados para os homens pobres livres e cativos dos dois lados da fronteira. Os escravos que se negavam a segui-los e se mantinham subordinados aos proprietários europeus eram atacados, sendo considerados tão inimigos quanto os brancos, como aconteceu na fazenda do morador Bento Roque da Silva, onde escravos dos portugueses foram mortos a sangue frio (ARQPEP, 1824, código 788).

Esse episódio expõe a complexidade das identidades políticas coletivas em jogo entre os negros, posto que, nesse caso, o pertencimento à nacionalidade “brasileira” se constitui em elemento soldador da coletividade revolucionada, pelo que se sobrepõe à identidade propriamente racial. Aqui, a

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

aproximação com os índios era mais lógica, porque existiam elementos coesivos em comum, centrados nas questões políticas vigentes naquela conjuntura específica. A situação tornava-se insustentável para muitos proprietários brancos da região de Turiaçú, o que, frente à grave deficiência de tropas legalistas e a desconfiança nos soldados “de cor”, fez com que a maior parte das autoridades, moradores e famílias inteiras do povoado decidisse abandonar seus bens, propriedades e cargos para migrarem rumo à Bragança, onde a presença do quartel general da região ainda impunha certo respeito. Entre homens, mulheres, crianças e escravos, somaram-se um total de 148 moradores, em sua maior parte europeus, que se transferiram para Bragança assim que estourou a revolução das camadas “de cor”, incluindo-se aí o comandante de Turiaçú José Gonçalves de Azevedo.

Aliás, após o 26 de agosto em Turiaçú, os negros maranhenses se espalharam por grande parte da fronteira e passaram também a influenciar a massa de índios que estava descontente com o tratamento que lhes davam as autoridades e os donos de terras, como bem nos mostra a violência que difundiam pelas estradas, o que terminou nas mortes dos moradores portugueses Miguel Joaquim Faial, José da Maia e de um feitor branco do proprietário Bento Roque da Silva (ARQPEP, 1824, Códice 783). Também entre os indígenas, a lógica dos ataques contra os moradores estava assentada na questão racial, posto que investiam com violência contra as propriedades dos brancos, tanto europeus como os nascidos na terra, o que era de difícil entendimento para as autoridades, que teimavam em enquadrar essas atitudes sob o véu do delírio, do engano, enfim, da pura malvadeza. A pergunta que não queria calar era *Por que causa nesta Povoação somente os Europeus são perseguidos?* (ARQPEP, 1824, códice 788) o que elucida sobre a pouquíssima compreensão que os grupos dirigentes possuíam das lógicas e atitudes das camadas marginais.

Não tardou muito para que a revolta se expandisse para outros distritos rurais da região do salgado, o que efetivamente aconteceu a partir de 21 de setembro, quando os índios começaram a levantar os povoados de Vizeu, Gurupi e Piriá, além dos distritos rurais da vila de Ourém, para onde várias estradas interligavam a vila com Turiaçú e Bragança. Partindo do distrito de Arumajó, jurisdição de Ourém, o “partido dos índios”, liderado pelo soldado desertor Miguel Fernandes, tomou conta de boa parte das matas e estradas reais das cercanias, reivindicando a deposição do comandante militar de Ourém Leandro Caetano Ribeiro (ARQPEP, 1824, códice 788). A partir daqui, as expectativas coletivas dos índios e mestiços do Grão-Pará passaram a confluir com os objetivos dos negros e indígenas que invadiram Turiaçú, formando um grupo que, aos olhos das autoridades constituídas, possuía os mesmos objetivos, principalmente o de desterrar os não-brasileiros das duas províncias.

Os lances mais espetaculares dessa sedição, que escapava completamente ao controle dos grupos dirigentes da região do salgado, se deram quando os índios e negros avançaram sobre a vila de Bragança e geraram o pânico na população local – visto que muitos já tinham imigrado de Turiaçú fazia quase um mês –, matando a tiros e terçadas o coronel comandante Pedro Miguel Ferreira Barreto, deixando expostas as fraturas do poder provincial sobre a área limítrofe com o Maranhão¹². A documentação, nesse sentido, indica claramente que o descontrole era completo depois da tomada da principal vila de toda a área fronteira, o que determinou a fuga de grande parte da população branca da região para as vilas e distritos maranhenses, principalmente as vilas de Guimarães e Perucava.

Bragança, Turiaçú e cercanias começaram a ficar despovoadas, o que levou os comandantes interinos locais a solicitar constantemente ajuda dos seus colegas em armas do Maranhão, notadamente por conta da desconfiança que a tropa inspirava nos superiores, pois, segundo o comandante in-

terino Luis Ferreira da Cunha, *sabendo que os soldados do meu comando suciavam com os Milicianos, e até mesmo com aqueles que tinham vindo do Arumajó*, não se tinha condições de organizar diligências para prender os responsáveis pela morte do coronel Barreto, por causa do envolvimento dos soldados em contínuas desordens e desacatos aos europeus, querendo libertar desertores presos na cadeia, dizendo que

os Soldados não queriam que os seus Camaradas estivessem um só instante na Cadeia, e que ele [comandante] assim igualmente o entendia, por não terem cometido nenhum crime de Lesa Majestade, e que toda a tropa estava desatinada por semelhantes procedimentos. (...) Quantos não estariam agora mortos se os Soldados não saíssem da Cadeia; bem podem nos mandar para o Pará, porque aqui não se há de prender a ninguém, nós estamos nus e descalços; qualquer demora de fardamentos e soldados passaremos a roubar, e matar o resto das Praças que aqui há refugiados... (ARQPEP, 1824, código 788).

Insistimos aqui no argumento que as identidades políticas marginais não se apegavam firmemente aos discursos proferidos pelas instituições de mando da província, principalmente pelos comandantes do exército, posto que também existiam divisões políticas e raciais no interior da hierarquia militar. Os problemas enfrentados pelos soldados no interior do exército, como a falta de fardamentos e a demora das rendições, se constituíam em poderosos ingredientes tanto da deserção como da formação de alianças com os revolucionários, assim como os soldados que ainda estavam na ativa de seus postos. Como confiar em uma tropa que não acreditava nas instituições? Embora não tivessem alternativa imediata para remediar o problema da carência e subordinação dos soldados, as autoridades se valiam constantemente dos indultos públicos¹³ como meio para desarticular as teias que ligavam os soldados aos rebeldes, o que reforçava o sentido de desorganização e provisoriedade com que estava sendo dirigida a província.

O mais preocupante, em termos políticos, era o bloqueio que essas escoltas rebeldes realizavam nas estradas que interligavam as vilas e povoados do Pará e do Maranhão, o que deixava a comunicação completamente deficiente entre as autoridades, gerando grande confusão, devido às informações desencontradas. Por outro lado, os negros e índios que possuíam alguns rudimentos de leitura, como nos mostram o caso do pedestre Manoel Raimundo, continuavam seguramente abrindo as correspondências oficiais e espalhando boatos de que era chegado o tempo da liberdade, notadamente por conta da situação política em São Luis, onde a tropa empossara o advogado Miguel Bruce em 7 de agosto. Assim se deu, por exemplo, com o desembarque de três correios vindos do Rio de Janeiro para o governo do Maranhão em 10 de agosto e que foram desviados para Turiaçú, que traziam notícias de que *o Governo de Pernambuco tem negado obediência a Sua Majestade Imperial e sendo o Governo da Parnaíba próximo ao de Pernambuco, e todos andam flutuantes, e desnor-teados, desconfio não se [estejam] fazendo alguma trama* (ARQPEP, 1824, código 788). Em 26 do mesmo mês, cartas sigilosas do líder da confederação no Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe chegavam às mãos do presidente Bruce, em que solicitava a sua passagem de Parnaíba para o vale do Itapicuru, propunha a incorporação do Maranhão ao bloco republicano e alertava sobre a possível invasão portuguesa ao Brasil¹⁴.

Como não aventarmos a hipótese de que os negros e índios rebeldes de Turiaçú e vizinhanças tinham conhecimento do que se passava na Confederação do Equador? A questão é saber como consumiam essas informações e que relações faziam com as atitudes revolucionárias das quais eram os protagonistas. O ponto que nos parece mais lógico para esquentar o debate sobre essa questão está na exacerbação, na ótica marginal, da luta contra os europeus, posto que o discurso dos confederados nortistas continuava enfatizando a luta contra os “portugueses” e a afirmação dos direitos dos “brasileiros”, entre eles a

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

feitura de uma constituição justa. O próprio Miguel Bruce, em proclamação aos povos do Maranhão, tentava se desvencilhar da acusação de ser colaborador dos revolucionários pernambucanos e assumia, em outubro de 1824, a influência que os confederados tinham sobre a junta expedicionária do Itapicuru-mirim, como se pode ver a seguir:

Por ofícios que acabo de receber se mostra evidentemente que a chamada Junta Expedicionária do Itapicuru tem aberto Relações com os Republicanos da Parnaíba: o Capitão Raimundo Luiz Machado, Comandante do Arraial, que vendeu aos facciosos o ponto que guardava: Eduardo Francisco Tavares, o foragido escrivão do nível da Relação, foram os Emissários mandados, e que já de volta trazem consigo um Vigário do Ceará, o Padre Barros, queriam espalhar as Doutrinas, e arraigar o Sistema dos Carvalhos de Pernambuco, e dos Tristões do Ceará (ARQPEP, 1824, código 788).

A rede de ligações que a Confederação do Equador conseguiu construir fora da região norte do Brasil chegava, dessa forma, ao meio norte do Maranhão, de onde partiu a grande maioria dos desertores, escravos e mocambeiros para Turiaçu, iniciando as sedições políticas de 26 de agosto que se expandiram para Bragança em 21 de setembro. As concepções de “liberdade” veiculadas pelos pernambucanos e cearenses eram conhecidas no território do Grão-Pará e chegava até os ouvidos da massa dos indígenas e negros das vilas e povoações, o que se traduziu na radicalidade com que as ações contra os europeus se davam, gerando elevado número de mortes na população branca. Assim, os elementos republicanos que devem ter sido absorvidos e reelaborados para sua própria realidade se traduziram na expectativa de que poderiam derrubar o governo “português” de Turiaçu e Bragança, como efetivamente aconteceu com grande derramamento de sangue, podendo colocar no poder aqueles que entendiam serem legítimos brasileiros, como o capitão Manoel do Nascimento de Almeida, a quem foram buscar na sua propriedade para que assumisse

o comando militar do povoado (ARQPEP, 1824, código 783).

Depois da morte do comandante de Bragança esses rebeldes visionários talvez tivessem maior certeza de que poderiam transformar a realidade em que viviam, posto que, no Maranhão, o presidente Bruce dava claros sinais de querer formar um exército popular, rompendo com o tradicional sistema de pactos intraoligárquicos da província, o que acabou contribuindo para a crescente politização do espaço público, especialmente no que tange à participação das camadas sociais “de cor” no processo político institucional (Cf. ASSUNÇÃO, 2005, p.352). Isso deveria surtir profundos efeitos nos grupos marginais das duas províncias, que, seguramente, enxergavam possibilidades reais de influenciarem na moldura do poder que melhor assegurasse seus direitos de cidadãos no novo Império.

Caso tenham tido uma visão mais estrutural da situação ou não; caso tenham formulado projetos sobre as diretrizes sinalizadas pela Confederação do Equador ou não; é preciso que se diga o quanto as revoltas da região do salgado tinham de concepções republicanas, pois os agentes revolucionários possuíam, em nosso entender, clara impressão da fragilidade do poder constituído, das dissensões no interior dos grupos políticos e, o que era ainda mais importante, reconheciam que sua ação articulada poderia levar à construção de um governo mais autônomo que atendesse às suas demandas sociais e políticas. Um traço de originalidade nas sedições políticas da região do salgado, no entanto, nos chamou a atenção: a falta de referências entre a defesa da independência brasileira e a figura do imperador D. Pedro, que foi marcante nas comoções do baixo Tocantins, Xingu e das regiões do alto e médio Amazonas. Esse não-dito permeia as peças que analisamos, o que deixa uma janela aberta para inferirmos que possíveis influências das críticas dos confederados pernambucanos e cearenses ao “absolutismo” de D. Pedro e o próprio esboço de um regime relativamente autonomista no norte do Brasil po-

dem ter influenciado os índios e mestiços dos distritos de Turiaçu e Bragança, já que mantinham estreita relação com os patriotas maranhenses, que, no auge da sedição chegaram a escrever e assinar os ofícios que eram enviados para o presidente da província (ARQPEP, 1824, código 783).

Não temos dúvida que as experiências desses índios, negros, mestiços, enfim, desses “brasileiros”, como muitas vezes se intitulavam, foram de intensa autonomia e grande originalidade, o que, no terreno da psicologia coletiva, se manifestava nos sentimentos de *altivez patriótica* com que pressionavam as autoridades pelos seus interesses, especialmente contra os europeus e americanos conhecidamente contrários à causa da independência. Essas esperanças coletivas continuaram particularmente fortes mesmo após a prisão dos líderes da revolta de Turiaçu juntamente com outros colaboradores¹⁵ em outubro de 1824. Os três foram severamente castigados em roda de pau na frente de toda a tropa miliciãna, o que levou José Florêncio a não suportar o suplício. João Pedreiro e André Miguel ficaram muito feridos, mas, mesmo assim, continuavam gritando, segundo o comandante de Turiaçu, que *sabiam com certeza que meus guardas seriam mortos pelos Parentes dos mesmos que se estavam reunindo da parte do Maranhão para os soltarem em caminho* (ARQPEP, 1824, código 788).

Esse seria o fecho do anel revolucionário? Certamente que não. O deslocamento de tropas de Ourém para a região da fronteira leste deu tempo para que as autoridades locais respirassem um pouco em meio à crise¹⁶, enquanto os revolucionários recuaram e concentraram-se em Turiaçu, onde continuavam perpetrando saques e pilhagens de fazendas dos europeus que não tinham deixado o povoado, tendo sido identificado um irmão do capitão André Miguel, denominado “Tabaco”, que continuaria encabeçando desordens no povoado. Outras lideranças oriundas de mocambos maranhenses continuavam assolando a realidade da província vizinha, como a figura do preto Antônio Moçambique, que

agia na ribeira do rio Maracassumé, no Maranhão. Notícias da derrota da Confederação, liderada pelo Recife, chegaram ao Pará e logo foram associadas ao possível declínio das sedições na região do salgado, o que, mais uma vez, reforça a noção de que as revoltas indígenas e negras tinham algo relacionado com aquela realidade (RAIOL, 1970, pp. 96-97).

Conclusão ou uma breve parada?

A realidade política da província do Grão-Pará pós-independência continuou áspera por toda a década de 1820, chegando outra vez em ponto crítico de relativo esgarçamento na década seguinte, quando estourou a grande revolução da Cabanagem em 1835. Embora Domingos Antônio Raiol, o erudito Barão do Guajará, tenha pontuado uma continuidade entre os variados “motins políticos” ambientados no contexto da emancipação política brasileira com o período regencial, dando maior ênfase ao segundo evento, não podemos deixar de ressaltar a especificidade das lutas pelo rompimento das relações com Portugal, que, como foi demonstrado aqui, revelaram singular violência em um território amplo da província.

A construção do Estado Imperial não se mostrava tarefa fácil para o imperador e seu ministério, pois tinham que costurar as diversas peças de um mosaico que teimavam em não se encaixarem num todo coerente e contínuo. O Grão-Pará, por exemplo, escapou em vários momentos do alinhamento com a corte do Rio de Janeiro, por conta das dissensões no interior da “sociedade política” e, simultaneamente, pelo descontrole que viveu a província a partir de meados de 1823 e por todo o ano de 1824, tendo que dar mais atenção à realidade interna de crise que ameaçava mergulhar a província no completo caos, principalmente os que dirigiam a política regional, sobretudo os perigos representados pela gentilidade. A face amazônica do “haitianismo” recaía sobre os índios de toda a província que, reforçando suas próprias noções de identidade étnica e política, partiam para um aberto conflito racial que esteve latente durante todo o período, o que parece ter ficado

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

relativamente claro nas revoluções marginais de Turiaçú e Bragança.

As maiores dificuldades para afirmar o nascente império estava justamente na desaprovação tácita da sociedade política marginal às instituições (justiça, câmaras municipais, poder eclesiástico) que iriam organizar a vida em sociedade, pelo que passou a ficar claro que pouca coisa mudaria dos tempos que a pátria estava atrelada à Portugal. Embora muito se dissesse sobre “direitos”, “constituição”, “cidadania”, “liberdade” e “igualdade”, pouco se fazia de efetivo para praticar todas essas noções, que eram apresentadas de forma sublime pelos discursos das autoridades. Entendendo-se como *cidadãos*, que deveriam ser respeitados e ter sua condição modificada no que era propagado como “nova ordem das coisas”, a numerosa população indígena, mestiça e negra passou a interferir diretamente no processo político institucional, decifrando-o de acordo com seus próprios filtros e construindo as soluções que seriam mais viáveis segundo seus interesses, notadamente sobre o recrutamento militar e a condição escrava.

Nesse sentido, uma condição se afirmou como imprescindível para que a liberdade começasse a imperar, a expulsão ou mesmo o extermínio de todos os “europeus”, o que envolvia todos os que, de uma forma ou de outra, eram identificados como inimigos da liberdade “pátria”, isto é, da causa da independência. Visionários de outras indenpendências que deveriam ser consolidadas no dia a dia das relações sociais, as camadas não-brancas passaram a agir concretamente para que os portugueses que continuavam controlando os cargos públicos, as redes comerciais, as principais lavouras e os altos postos da hierarquia militar, fossem desterrados do Pará, posto que a pátria não mais lhes pertencia.

É preciso que se chame a atenção para a complexidade de alianças que esses grupos marginais conseguiram fabricar durante todo o processo. O papel que muitos proprietários locais tiveram para o fortalecimento dessas revoluções “de baixo” não foi pequeno e nem pode ser colocado em segundo

plano, em nome de uma pretensa pureza da ação popular. O exercício do poder provincial continuava arbitrário, não somente para os que se encontravam nos extratos mais baixos da hierarquia social, mas também pelos que compunham os círculos políticos de influência das vilas e povoados do interior, que decidiram impor limites ao processo de concentração de atribuições e de poder do governo provincial, o que espelhava parte de um processo mais amplo que Maria Odila da Silva Dias denominou de “interiorização da metrópole”. Por isso as sedições indígenas e, em menor proporção, as negras, se incluíram nesses espaços intersticiais em que se decidiam as partilhas de poder que, no limite, acabavam gerando condições para o estabelecimento de experiências republicanas, em que o exercício do poder institucional ou era exercido ou diretamente influenciado pelas demandas oriundas das margens sociais, como aconteceu em Turiaçú e Bragança.

Nesse íterim, a nacionalidade ia sendo definida de variadas formas, segundo uma pluralidade surpreendente de identidades políticas coletivas que, segundo as circunstâncias, sinalizavam ora para a aglutinação de projetos e ora para a sua dispersão completa. Desconhecemos até que ponto esses quadros foram firmes para os contemporâneos que viveram essa difícil conjuntura, mas, sem dúvida, todos alimentaram suas esperanças de um futuro menos injusto e melhor, mesmo que isso representasse a ruína dos outros. O que se quis fazer aqui foi tornar mais visível as perspectivas dos que jamais foram considerados como verdadeiros agentes políticos, mesmo que, a todo instante, estivessem lutando e negociando condições mais dignas de sobrevivência no espaço público que, segundo diziam, deveria ser ocupado por todos igualmente, livremente.

Pode não ser prudente afirmarmos que os indígenas e negros da Amazônia construíram projetos políticos amplos, que envolviam uma compreensão geral da política imperial, o que seria demais para sujeitos que tinham suas oportunidades de ascensão arrancadas todos os dias por uma le-

gislação pensada restritamente para os círculos abastados. Mas, isso não paralisou em nenhum momento as utopias revolucionárias que fabricaram no calor das lutas por aquilo que achavam certo, principalmente ali, naquele povoado ou distrito rural, onde suas vidas

faziam todo o sentido, onde suas esperanças e desventuras se situavam no bojo das contendas locais. É nesse campo de relações, que não eram de todo “micro”, que montamos nossa “oficina”, posto que essa memória também construiu a Independência.

**Na mira
do Equador:
o império sob
cerco de repúblicas
no Grão-Pará
1823-1824**

Adilson J. I. Brito

Notas

¹ Este trabalho foi baseado em um estudo mais amplo sobre as revoluções marginais de independência na província do Grão-Pará entre 1790 e 1824, preliminarmente sistematizado na dissertação de mestrado intitulada "Viva a Liberté!": *cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*, defendida na Universidade Federal de Pernambuco em abril de 2008.

² O *Typhis Pernambucano*, Quinta-feira, 27 de maio de 1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo, ARQPEP, 1824.

³ Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Roza para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Clemente Ferreira França, datado em 25/7/1824, *apud* RAIOL, op. cit. p. 90-1. O grupo seria formado por Manuel Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antônio Tupinambá, Manuel Lourenço de Matos, José Batista da Silva (o Munduruca Paquicé) e Marcos Antônio Rodrigues Martins (conhecido como Camecran).

⁴ Turiaçú passou para a jurisdição da província do Maranhão em 1852, quando acordos territoriais entre os governadores das duas províncias resultaram no deslocamento da linha demarcatória mais para dentro do território do Pará, ficando o rio Gurupi como marco natural da divisa, que é o que vigora até os dias atuais.

⁵ Para uma análise pormenorizada dessa historiografia "saquarema", de Varnhagen a Oliveira Lima, e suas implicações para as interpretações dominantes na produção histórica imperial que procurou dar sentido ao Brasil, continua se impondo, no nosso entender, a obra fundamental de Ilmar Rohloff de Mattos, que mergulhou em parte do pensamento oitocentista para discutir as questões que foram selecionadas e traduzidas sob a forma de objetivos, isto é, aos problemas referentes ao Estado imperial, à camada senhorial e aos dirigentes "saquaremas", como construção historicamente determinada, e não como noções e conceitos previamente dados. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 5ª ed, São Paulo: Hucitec, 2004. Outro texto que discorre sobre a historiografia "saquarema" e suas teses sobre a evolução da sociedade pernambucana no contexto da independência e do Império foi o de Evaldo Cabral de Mello, para quem se forjou uma imagem de "separatismo" para Pernambuco, que a própria historiografia regional acabou encampando como um mito. MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

⁶ Utilizamos-nos de algumas ricas análises de historiadores que se dedicaram à compreensão do processo de formação dos Estados e das nações na América Espanhola onde também os conceitos do constitucionalismo e dos próprios Estados republicanos emergentes não indicavam qualquer tipo de desvinculação com o passado do Antigo Regime, antes servindo aos discursos e práticas de diversos partidos e tendências políticas que discutiam a questão da nacionalidade sobre terrenos extremamente móveis e difusos. Cf. HESPAÑA, Antônio Manuel. "Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o antigo regime e o liberalismo". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, pp. 93-108, 2003; HERZOG, Tamar. "Identidades Modernas: Estado, comunidades e nação

no império hispânico". In JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, pp. 109-139, 2003; GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2ª edición, México: Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993.

⁷ As reflexões que os autores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta propuseram sobre as *identidades políticas coletivas* que caracterizaram o jogo político, sobretudo entre o fim do século XVIII e a crise do projeto do império lusobrasileiro, foram de extrema importância não somente para conduzirmos a narrativa a partir dessas inflexões conceituais, como para pensarmos também as possíveis lógicas construídas pelos grupos marginalizados da "sociedade política" amazônica. JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, pp. 127-175, 2000. Mesmo os conceitos principais para a formação da nacionalidade ainda se encontravam em terrenos móveis de interpretação, contendo elementos da velha e da nova ordem. GUERRA, François-Xavier. "A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Ed. Unijui/Fapesp, pp. 33-60, 2003.

⁸ As reflexões de Hannah Arendt sobre as mudanças do conceito de "revolução", após os processos revolucionários da segunda metade do século XVIII, são interessantes por indicarem a clara noção do imprevisível. Essa mudança, segundo a autora, foi acontecendo no curso dos acontecimentos, quando a noção de retorno ao passado foi chegando ao limite, até que se perdeu definitivamente, levando os contemporâneos a ter que pensar e agir sobre uma perspectiva de futuro completamente indeterminada. A consciência do novo ou de que deveria ser construída uma nova ordem para as coisas gerou novas práticas e um novo vocabulário político, em que velhos conceitos foram revestidos de novos significados. ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. 2ª ed., São Paulo: Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 23-38, 1990.

⁹ É importante assinalar que o critério por nós utilizado para a demarcação da região do salgado não é o geográfico, mas o político, porque nossa intenção é a de mapear demograficamente a região de maior impacto revolucionário em meados de 1824. Nesse sentido, decidimos considerar a populosa vila de Vigia como fora desse anel da revolução.

¹⁰ No *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Antonio Baena descreve com maiores informações as vilas de Ourém, Bragança e Turiaçú, sempre tentando tomar em consideração os aspectos mais específicos a cada localidade, em que não somente se produzia algodão, arroz e mandioca, sendo essas atividades econômicas as mais praticadas e de maiores possibilidades de desenvolvimento por causa das terras e das técnicas já conhecidas pelos lavradores. No entanto, outras atividades também eram de grande importância, como a produção de aguardente de cana-de-açúcar, milho, feijão, cacau, polvilho, café, tabaco, mel, entre outras atividades extrativistas realizadas nos lugares distritais, como Cintra, Piriá, Gurupi e Vizeu, como a coleta de

óleo de copaiba, além da pesca. BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília, Senado Federal : Conselho Editorial, pp. 223-4, 226, 233, 242-4, 247, 256-7, 2004.

¹¹ A experiência do governo autônomo de Itapicuru-mirim não parou por aí. Grande parte da nova junta de governo do Maranhão, já aderente ao Império, foi composta pelos membros do “meio-norte”, sendo a presidência da província ocupada por Miguel dos Santos Freire Bruce em 7 de agosto de 1823. Em outras palavras, a independência maranhense acabou projetando os grupos políticos do “meio norte” algodoeiro na política provincial. REIS, Arthur César Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. op. cit., p. 149; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Miguel Bruce e os ‘horrores da anarquia’ no Maranhão”. In: op. cit. p.352-3.

¹² Proclamação que foi enviada para o governo do Pará, que tinha total conhecimento do que se passava no “meio norte” maranhense. Proclamação da Força Expedicionária de Caxias para a Junta de Governo do Maranhão, 5/7/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

¹³ Dizemos que essas acusações se davam com maior convicção porque, em fevereiro de 1824, Miguel Bruce e seus dois filhos, José Vicente Freire Bruce e Raimundo José Bruce, foram autuados em conselho de guerra, movido pelo comandante das armas do Maranhão, Rodrigo Salgado de Sá, após receber denúncia do clérigo Domingos Cadavilla Velloso, que “a fim de laborear com a Tropa, e pobres, para os persuadir que se devia adotar nesta Província o sistema Republicano”. Cópia do Conselho Militar do Governador das Armas contra o Presidente da Província do Maranhão Miguel Ignácio Freire e Bruce, datado em 16/2/1824, apud SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, p. 165-6, 1972.

¹⁴ REIS, “o Grão-Pará e o Maranhão”. In: op. cit. p. 153; ASSUNÇÃO, op. cit. p. 352.

¹⁵ Correspondência enviada pelo Almirante Lord Cochrane para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, dezembro de 1824, apud REIS, “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: op. cit. p. 153-4. Miguel Bruce seria deposto por Cochrane em dezembro de 1824, acusado de ser colaborador direto da Confederação do Equador e de várias atitudes tirânicas no Maranhão durante seu governo.

¹⁶ Requerimento do Comandante de Milícias da Vila de Guimarães José Clarindo de Souza, do Capitão José Gonçalves de Azevedo e dos proprietários Manoel Matos de Souza, Antônio Manoel de Souza e D. Luzia Maria Francisca de Moraes para o Presidente da Província José de Araújo Rozo. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

¹⁷ Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 7/7/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824. Mesmo assim, foi feito um recrutamento de alguns poucos soldados nos lugares de Piriá, Vizeu e Gurupi, tendo sido pegos 1 desertor e 4 praças que tinham desertado se apresentaram voluntariamente. Cf. Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 15/7/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

¹⁸ Essas ordens eram, geralmente, publicadas em forma de editais do comandante de Bragança, que eram lidos em pregão público nas ruas das vilas e nas principais fazendas dos distritos rurais. Ver, Edital do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto, datado em 12/07/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824; Carta de Salinas para o Comandante da Vila de Bragança, datada em 7/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824. Nesta consta o envio de farinhas daquela localidade para Bragança e pedidos de canoas e práticos para se fazer o transporte.

¹⁹ Pelo menos, foi assim que Muniz se expressou logo na primeira página da revista, dedicada à análise dos “Antecedentes da revolução Constitucionalista de 1821 no Grão-Pará”, afirmando que o papel do Pará no conjunto dos eventos independentistas não poderia “considerá-la retardatária no movimento e evolução das ideias de liberdade que, na época, avassalaram o mundo culto e adiantado; antes de inscrevê-la nas páginas mais vibrantes do patriotismo sedento de emancipação, como um pioneiro ousado, que deu profundo golpe nos grilhões pesados de sujeição que nos jungiam ao absolutismo luso”. MUNIZ, op. cit. p. 15-6.

²⁰ Essa documentação é variada, o que aumenta a confiabilidade deste autor na forte relação entre a revolução de Turiaçu e a conjuntura política maranhense. Nesse sentido, consulte Ofício do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto para Frei Ignácio Guilherme da Costa, datado em 9/9/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824; Proclamação do Comandante Militar da Vila de Bragança Pedro Miguel Ferreira Barreto à Tropa, datado em 9/8/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824; Termo dos acontecimentos havidos na ribeira do Turiaçu, datado em 24/8/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824; Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa, datado em 4/11/1824, apud RAIOL, op. cit. p. 96-7.

²¹ “Acontecimentos que houveram...”, p. 2. Os relatos do morador proprietário do distrito de Mutuóca Miguel Joaquim Faial não deixam dúvidas sobre o caos em que os negros deixavam a zona rural de Turiaçu, dizendo que procuravam pólvora, armas e roubavam os bens dos moradores, sendo André Miguel, filho do capitão mulato Benedito, o líder de todas as ações. Faial seria morto logo nos primeiros dias da revolução de 26 de agosto. Carta de Miguel Joaquim Faial para José Manoel Ramos de Miranda, datado em 23/8/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

²² Cf. Depoimentos dos presos implicados no levante de setembro de 1824 em Bragança, de 14 de dezembro de 1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824; Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para diferentes autoridades sobre a revolta de Turiaçu e de Bragança, datado em 16/9/1824, apud RAIOL, op. cit., p. 93.

²³ Em 6 de novembro foi baixado um perdão geral para todos os soldados que tinham desertado da tropa ou que, no desempenho de suas atividades, tinham colaborado com os rebeldes no dia primeiro do mês. “Perdão geral para os envolvidos na rebelião de 1º de novembro de 1824 na vila de Bragança e adjacências, assinado pelo Comandante Luís

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito

Ferreira da Cunha", de 6/11/1824. Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

²⁴ Cartas Sigilosas de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe ao Presidente da Província do Maranhão Miguel Ignácio dos Santos Freire Bruce, datadas em 3/5, 26/7 e 28/7/1824, *apud* SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, pp. 199-201, 1972.

²⁵ Foram indiciados por crime de lesa majestade os soldados ligeiros Aleixo, Francisco Inácio e José Demétrio pelos mesmos crimes dos capitães do mato José Florêncio, André Miguel e João Pedreiro, tendo também tido contato com os rebeldes mocambeiros do Maranhão. Cf. Ofício do Comandante Militar do Turiaçú Manoel do Nascimento de Almeida para o Comandante Militar da Vila de Bragança, s/d.

Códice 788: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

²⁶ Ofício do Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo para o Ministro do Império João Severiano Maciel da Costa, datado em 4/11/1824, *apud* RAIOL, op. cit. p. 96-7. O plano de deslocamento de tropas da vila de Ourém para combater os sediciosos de Bragança já tinha sido discutida pelo comandante interino da vila Luiz Ferreira da Cunha, que avisara ao presidente dessa necessidade, pedindo armamentos e munições para fortalecer os regimentos. Cf. Ofício do Comandante Militar Interino da Vila de Bragança Luiz Ferreira da Cunha para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Rozo, datado em 9/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo. ARQPEP, 1824.

**Na mira
do Equador:
o império sob
cerco de repúblicas
no Grão-Pará
1823-1824**

Adilson J. I. Brito

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO PARÁ-ARQPEP, Correspondências de Diversos com o Governo. 1824.

ARENDR, Hannah. *Da Revolução*. 2ª ed, São Paulo: Ática; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Miguel Bruce e os 'horrores da anarquia' no Maranhão*. In: JANCSÓ, István (org.). "Independência: história e historiografia". São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 345-78. 2005.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2004.

CORRÊA, Augusto. *Adesão do Município de Bragança à Independência*. In: MUNIZ, João de Palma. "Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios". Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973.

GUERRA, François- Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 2ª edición, México: Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993.

_____. *A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades*. In: JANCSÓ, István (org.). "Brasil: Formação do estado e da nação". São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, pp. 33-60, 2003.

HERZOG, Tamar. *Identidades modernas: estado, comunidades e nação no império hispânico*. In: JANCSÓ, István (org.). "Brasil: Formação do Estado e da Nação". São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, p. 109-139, 2003.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Pequenas repúblicas, grandes Estados. Problemas de organização política entre o antigo regime e o liberalismo*. In: JANCSÓ, István (org.). "Brasil: formação do estado e da nação". São Paulo: Hucitec/Ed. Unijuí/Fapesp, pp. 93-108, 2003.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.)

"Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias". São Paulo: Editora Senac São Paulo, pp. 127-175, 2000.

KOSSELLECK, Reinhart. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTIUS, Carl Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", 6 (24), pp. 381-403, 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2001.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1973.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 1º volume, Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). "História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico, tomo II: Dispersão e Unidade". 2º volume, 9ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. 1º volume, Rio de Janeiro, Laemmert, 1854.

_____. *História da independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916.

Na mira do Equador: o império sob cerco de repúblicas no Grão-Pará 1823-1824

Adilson J. I. Brito